



A cidade sem o Estado: Movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade na periferia de Belo Horizonte (1964 - 1983).

PHILIPPE URVOY*

Introdução:

“A grande cidade só cresce com invasão. Porquê os ricos eles pegam essas terras, em vez de vender barato para o pobre poder se instalar, eles vendem caro, só outros ricos podem comprar. E se fosse só os ricos como que era uma cidade dessa? Tem dez ricos e seis mil pobres...”.

Dona Raimunda, moradora de uma ocupação urbana em Altamira¹.

Nas entrelinhas das ações humanas, podemos identificar discursos e pensamentos oriundos de certas leituras sobre a realidade social. Ocupar uma terra vazia e se organizar para ali residir, por exemplo, exemplifica uma dada maneira de enxergar o contexto social urbano.

No entanto, o senso comum costuma entender os movimentos de “ocupação” ou “invasão” de terras urbanas como um simples efeito colateral da crise urbana, reação desesperada de uma parcela da população despojada de outra escolha para desfrutar de um lugar para morar. Esta ideia leva, por vezes, à consideração desses fatos como eventos sociais “espasmódicos”, segundo a expressão de Thompson, simples reação natural, automática – quase irracional - de pessoas diante da dificuldade econômica de uma época (THOMPSON, 1998: 150).

*

Doutorando em História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História na UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) / PROEX.

¹ Esta frase é retirada de uma entrevista realizada no âmbito de uma pesquisa feita por nós em 2011 nas ocupações urbanas de Altamira, no Estado do Pará.



Essa perspectiva pode explicar a falta de interesse que a historiografia marxista clássica tem demonstrado pelos movimentos de bairros e de sem-terras urbanos. Com efeito, as invasões e ocupações de terras, organizadas em movimentos ou espontâneas, que deram origem a inúmeros bairros e favelas em diversas grandes e médias cidades do Brasil ao longo do século XX, foram pouco estudadas pelos historiadores. A maioria da literatura científica produzida sobre as favelas, e sobre as periferias pobres em geral – sobretudo a partir dos anos 1960 – foram feitos no âmbito da sociologia urbana ou ainda do urbanismo ou da arquitetura.

Na historiografia relativa à cidade de Belo Horizonte verifica-se uma lacuna neste aspecto, mesmo que alguns trabalhos recentes realizados por jovens historiadores tenham começado a se debruçar sobre o tema². Um estudo mais aprofundado e sistemático deste tema dentro da história da cidade é particularmente necessário, já que Belo Horizonte se destaca por ter sido o palco, desde a primeira década de sua criação, de fortes mobilizações dentro dos bairros e dos setores populares ligados à reivindicações sociais propriamente urbanas.

As décadas que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizadas por uma forte expansão urbana, correspondem também com um período de amadurecimento e multiplicação dos movimentos sociais dentro da cidade. Nesta época, a ausência de infraestrutura adequada e de medidas políticas para alojar a nova população urbana tem por consequência a multiplicação do urbanismo informal na maioria das grandes cidades brasileiras. Dentro desse contexto, surgem nas periferias de várias cidades diversos movimentos – com grau de espontaneidade e de organicidade variáveis – atuando no campo na luta por moradia e por direitos à infra-estruturas básicas – educação, transporte e saúde principalmente. Na cidade de Belo Horizonte, as estratégias de atuação desses movimentos passam tanto pela ação direta - através da ocupação de terras ociosas então chamadas de latifúndios urbanos, quanto pela organização local dentro dos bairros – através das assembleias de moradores – ou pela reivindicação dirigida ao poder público.

Portanto, nossa pesquisa tem por objeto principal os movimentos ligados à questão da moradia nos bairros de Belo Horizonte, nos anos 1960 e 1970 – movimentos que entendemos como uma “rede de práticas” (CHARTIER, 1989: 1512) - considerando estas práticas como

² Destaca-se o trabalho de Samuel Silva Rodrigues de Oliveira: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.



uma chave para entender a participação de diversos moradores desses bairros dentro do processo de construção e transformação desta cidade.

Os movimentos urbanos e a história da cidade

Em uma palestra realizada no Brasil alguns anos atrás, o geógrafo David Harvey afirmava: “Olhando para a história, eu vejo que as cidades foram dirigidas pelo capital mais do que pelas populações” (HARVEY, 2009).

Com efeito, segundo os trabalhos deste autor, ao longo dos cinquenta últimos anos as grandes cidades foram principalmente construídas e transformadas ao ritmo dos interesses e das necessidades do capital privado (HARVEY, 2011) . No entanto, paralelamente a esta gestão da cidade motivada por interesses privados, existe uma imensa quantidade de outras práticas, pelas quais os próprios moradores da cidade se reapropriam ou remodelam o espaço urbano, seja através de movimentos coletivamente organizados, seja através de “*arts de faire*” cotidianos, valendo-nos aqui da expressão de De Certeau (DE CERTEAU, 1990).

Escolhemos, em nossas pesquisas, estudar o caso de Belo Horizonte justamente porque se tratar de uma das poucas cidades que foi marcada, desde o primeiro ano de sua história, por conflitos sociais ligados à ocupação do solo e pelo direito à cidade que contribuem para orientar a evolução e a transformação da cidade ao longo do tempo.

Planejada e erguida no fim do século XIX para se tornar a capital política de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte foi desenhada segundo um plano urbanístico que devia traduzir a eficiência, o racionalismo e a modernidade da nascente República brasileira (GUIMARÃES, 1991:1). Neste desenho original não estava previsto um espaço para instalação dos operários e de suas famílias que vieram participar da construção da nova capital. Estes tiveram então que ocupar terrenos vazios nos arredores da futura cidade. Nos anos seguintes, as fortes desigualdades existentes entre as diversas regiões da cidade foram motivo para a criação de diversas associações de bairros onde a população se organizava para reivindicar seus direitos. Este foi o primeiro capítulo de uma luta contínua, ao longo da história da cidade, pela qual o poder público tenta, através de todos os meios possíveis, promover a higienização social do centro da cidade, afastando deste as populações pobres, enquanto estas se mobilizam para ali ficar e viver de forma digna. Se esta tradição de luta urbana e de associativismo de bairro é uma particularidade na história da cidade, ela se manifesta de forma relativamente informal até o meio do século (GUIMARÃES, 1991).

É nos anos 1950, momento em que o desenvolvimento industrial está transformando o rosto da cidade, que as lutas ligadas à moradia vão começar a se organizar politicamente de forma mais ampla. Diante das ameaças de despejo, consequência de políticas municipais que visam refrear a expansão do urbanismo informal, surgem nas favelas as primeiras Unidades de Defesa Coletiva (UDC) reunindo grupos de moradores que se organizam para impedir os despejos. Em 1959, as diversas UDC's se federam através da Federação dos Trabalhadores Favelados (OLIVEIRA, 2010: 15). Em 1961, a Federação organiza o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, onde é reforçada a ideia de que cabe ao próprio povo realizar a Reforma Urbana, ou seja, a redistribuição, de forma igualitária, dos “latifúndios urbanos”, terras concentradas na mão de poucas famílias poderosas (OLIVEIRA, 2010: 150). Esta mobilização terá fim no momento de Golpe, que inaugura um momento de forte repressão aos movimentos de favelas e de bairros.

1964-1972: Repressão e organização local – O caso da Vila 31 de Março

Depois do Golpe de Estado de 1964 a repressão recai duramente sobre os movimentos de favelados. As UDC's e a Federação são fechadas, consideradas como subversivas, e os seus representantes são presos. Neste mesmo ano é criado o Banco Nacional da Habitação, que inaugura uma política coordenada ao nível federal para construir conjuntos habitacionais para solucionar o déficit de moradia. Um dos objetivos desta política é erradicar as favelas e as ocupações clandestinas, removendo as populações que moram informalmente para os conjuntos construídos para este fim. Segundo Cynthia de Souza Santos, esta política tem também por objetivo controlar os anseios das classes pobres, participando da formação de uma “cultura urbana” em que a aquisição da casa própria teria “o papel político e ideológico de *domesticar* as camadas de menor poder aquisitivo”. Ainda segundo a autora, no período de 1967 a 1979, aproximadamente 2.500 famílias são removidas das favelas de Belo Horizonte para reassentamento em conjuntos habitacionais, localizados em áreas distantes do centro urbano (SANTOS, 2006: 1).

Apesar desse contexto, diversos bairros e vilas continuam a conhecer diversas formas de mobilização, muitas vezes com o apoio da Igreja progressista. Salienta-se aqui o papel

importante desenvolvido na época pelos setores esquerdistas da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Bases, no surgimento de movimentos sociais organizados durante a ditadura. Isto é, sem dúvida, uma característica interessante das lutas dos bairros no Brasil, onde a igreja é também um espaço onde se manifesta a dinâmica política (AFONZO, AZEVEDO; 1987).

Enquanto moradores de alguns bairros que participavam diretamente dos movimentos dos anos 1950 e que tinham sido visados pela repressão voltam a se organizar, aos poucos e de forma clandestina, outras Vilas desenvolvem formas de luta voltadas mais para as necessidades locais, longe dos olhos do governo.

É o caso da Vila 31 de Março, que nasce em 1963, no momento em que uma série de ocupações de terrenos foram realizadas com o apoio da Federação dos Trabalhadores Favelados, do movimento estudantil e de setores esquerdistas da igreja, dentro dos quais se destacou o Padre Ozanam³. A repressão ocorrida em 1964 não atinge diretamente a Vila por ela não ter, neste momento, nem União de Defesa Coletiva nem liderança politicamente ativa que pudesse levantar suspeita de comunismo pelos agentes da repressão.

No entanto, um movimento se organiza na Vila, nos seus primeiros anos de existência, em prol das melhorias e da solidariedade local, com o apoio de alguns seminaristas tais como o Padre Piggi, um de nossos entrevistados. O Padre, enquanto jovem seminarista, sempre que podia, ia à Vila 31 de Março – vizinha do seminário - participar dos mutirões e das reuniões do movimento:

“Ao contrário de muitos dos meus amigos que se engajaram na Ação Popular ou na guerrilha, eu escolhi ir conhecer a favela e seus moradores para poder construir alguma coisa junto com eles. Ao longo desse anos, construímos uma série de experiências lá (...) como uma forma de organização popular”⁴.

Na dinâmica de organização popular da Vila, cabe ressaltar o papel preponderante ocupada pelas mulheres da Vila, como se lembra o Padre Piggi: “A força maior [do movimento] lá eram as mulheres. Até porque a maioria não trabalhavam fora, eram gente que

3

Vale ressaltar que o nome da Vila 31 de Março não tem relação com a data do Golpe de 1964 mas foi dado em razão da proximidade da Vila com uma avenida batizada avenida 31 de março em razão da data que deu início à construção do conjunto vizinho.

4 Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

ficavam dentro de casa, com muitos meninos. A grande maioria eram lavadeiras...”⁵. O papel destas foi fundamental tanto na construção da creche e escola do bairro ou ainda na instalação das infra-estruturas básicas. Essas mulheres se organizam e criam neste período uma cooperativa para gerenciar coletivamente a carga e os frutos deste trabalho:

“Muitas famílias lá, sobretudo as mulheres que tinham sido abandonadas pelos maridos, sobreviviam com lavação de roupa nas maior dificuldades (...) No lugar onde o poço artesiano foi feito, criamos um galpão em volta, a mesma água que subia para as casas, saía para a lavanderia. Foram instaladas lá duas grandes máquinas de lavar industriais, que nós compramos baratinho num Topa Tudo. Em vez de lavar as trouxas de roupas nas casas das madames nas maiores dificuldades, essas duas máquinas industriais, em pouquíssimo tempo faziam o trabalho que as mulheres demoravam o dia todo para fazer. (...) É um exemplo típico de luta solidária pela vida.”⁶.

Este aspecto ilustra outra singularidade interessante dos movimentos de bairros estudados neste período. O fato do espaço doméstico e seus arredores - o bairro - se tornar um local de formação cultural e política vai provocar mudanças nas relações sociais existentes. Enquanto a fábrica e os sindicatos - locais tradicionais de organização política da população de baixa renda - são espaços quase que exclusivamente masculino, assim como o movimento operário, o espaço doméstico e o bairro são o local privilegiado de atores sociais historicamente oprimidos: as mulheres, as crianças e os idosos ou ainda os desempregados, figuras que estão todas presentes em nossas fontes. Desta forma, a existência de uma forma de organização social política dentro do bairro pode propiciar a emergência de outros atores políticos, tradicionalmente marginalizados nos movimentos sociais.

Ademais, a perspectiva voltada antes de tudo para a mudança local – observada no caso da Vila 31 de Março - é uma singularidade dos movimentos de bairro estudados, que aspiram em realizar em seus próprios territórios outras “*experiências*” sociais enquanto, como apontado por David Harvey, a maioria dos movimentos marxistas da época tinham dificuldade em enxergar uma possibilidade de transformação social que não necessitasse da conquista do Estado, que seja pelas urnas ou pelas armas (HARVEY, 2011:85). Este aspecto dialoga com recentes trabalhos feitos na esfera da antropologia política que levantam a

⁵ Entrevista realizada com o Padre Piggi em 09/06/2015.

⁶ Entrevista realizada com o Padre Piggi em 09/06/2015.

questão de como pensar o social além do Estado, o que se torna um desafio especialmente grande quando se trata da realidade social contemporânea (ABÉLÈS, 2014), e ainda mais quando se trata da realidade urbana.

1972-1983: Rearticulação dos movimentos – O caso da Cidade Industrial de Contagem

No início dos anos 1970, os movimentos de bairros vão, aos poucos, se reorganizar e se multiplicar, sob uma nova forma. Desta vez, eles não aparecem somente nas favelas, mas também em outros bairros, de classe média ou média-baixa. Se a questão da moradia continua a ser fundamental, através da luta contra os despejos ou pela regularização da posse dos terrenos ocupados, emergem outras pautas, como as infra-estruturas, a melhoria do transporte, a organização interna dos próprios bairros, a construção de centros de saúde, de creches etc.

O caso dos movimentos surgidos na Cidade Industrial, na cidade de Contagem, periferia de Belo Horizonte, são especificamente interessantes a esse respeito. O início dos anos 1970 corresponde ao auge do chamado “Ciclo Desenvolvimentista” no Brasil, que vai ter uma série de conseqüências sobre a realidade urbana no país. Durante o governo Médici, em 1972, é lançado o Primeiro Plano de Desenvolvimento que prevê uma série de grandes obras infra-estruturais para atender as demandas dos setores privados: hidrelétricas, vias rápidas nas cidades, rodovias etc. Efetivamente, esse período vai contribuir muito para remodelar as estruturas urbanas das Grandes Cidades, segundo os interesses da indústria e do setor privado. Mas, como lembra Daniel Aarão Reis, muitos são os excluídos desse chamado “milagre econômico” (AARÃO REIS FILHO, 2014:90).

Essa situação vai ter conseqüências diretas sobre a moradia e o caso da Cidade Industrial de Contagem é um exemplo emblemático nesse aspecto. Criada nos anos 1940 como um “pólo industrial” que tinha como papel ajudar a relançar a economia mineira, que estava em declínio desde a crise de 1929. Enquanto a Cidade Industrial vai conhecer uma grande fase de crescimento, entre os anos 50 e 60, no fim dos anos 60 muitos começam a considerar que a sua capacidade de expansão já estava quase esgotada. Porém, é justamente

neste momento de grandes investimentos e expansão industrial, que as empresas e grandes indústrias instaladas na região vão procurar novos espaços para se expandir e vão passar a cobiçar terrenos ocupados informalmente pelos trabalhadores das fábricas desde à criação da Cidade Industrial. Essa situação é, na época, denunciada pelo *Jornal dos Bairros*, jornal independente da região:

*“Os moradores das vilas e favelas localizadas na Cidade Industrial estão ameaçados de despejo porque a Prefeitura de Contagem e a Companhia dos Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI/MG – pretendem desapropriar os terrenos ocupados pelas vilas e favelas para entregá-los às indústrias da região. De acordo com um convênio assinado entre a Prefeitura e a CDI, todas as vilas e favelas existentes dentro dos limites da Cidade Industrial devem ser desapropriadas. (...) Algumas destas Vilas que a Prefeitura quer acabar existem há mais de 20 anos”.*⁷

Em muitos casos, os despejos são violentos e não existe proposta de indenização realocação dos moradores em conjuntos habitacionais. Diante dessa violência, os moradores de aglomerados e dos bairros vizinhos vão se organizar cada vez mais para tentar impedir esses despejos, para exigir indenização ou ainda para construir laços de solidariedade e promover mutirões para melhorar a situação das áreas mais precárias. A criação do *Jornal dos bairros*, em 1976, é o fruto dessa dinâmica e da articulação de diversas assembleias de moradores que se beneficiam do apoio de alguns militantes de esquerda ou de Padres de esquerda. Esse jornal constitui, inclusive, uma fonte muito rica para acompanhar esse processo vivido pela Cidade Industrial nos anos 1970. O *Jornal* se torna uma fonte de informação e um canal de expressão para indignação dos moradores diante da situação vivida, tal como Seu José, originário de Teófilo Otoni e morador da Vila Santo Antonio, perto da fábrica Frigodiniz:

“Se desapropriar, ouvi dizer que a Prefeitura vai dar uma casa popular. Dizem que é pra pobre mas tem que ganhar três salários. E qual o pobre que ganha isso? Tem gente na Vila que não ganha nem um. Casa popular é palavra bonita, mas ela fica

⁷ “Prefeitura quer expulsar milhares de moradores” *Jornal dos Bairros*, n° 17, 29 de maio a 11 de junho 1977. p. 6

fechada e os pobres não entram. E quando entram são tirados pela polícia.”⁸

⁸ “Prefeitura quer expulsar milhares de moradores” *Jornal dos Bairros*, n° 17, 29 de maio a 11 de junho 1977. p. 7

Ou ainda a Dona Iris, moradora da Vila do Estado:

“Não me interessa receber lote nem dinheiro. Exijo a casa pronta, com água, luz, como a que eu tenho aqui. Acho que tenho algum direito sobre este terreno, afinal de contas, moro aqui há 21 anos, ajudei a fundar tudo isso. O pessoal quase todo da Vila também. Sozinha eu não sei o que fazer, só sei que uma onda só não faz um mar.”⁹

Este período corresponde também à rearticulação dos movimentos de bairros que culmina em 1978 com a criação da União dos Trabalhadores da Periferia que reúne representantes de diversos movimentos e associações de bairros. As assembleias de moradores ou ainda o *Jornal dos Bairros*, enquanto espaços de discussão e de organização política, vão permitir que a pauta da luta por moradia passe a se articular com diversas outras demandas: a precariedade do transporte público, a falta de creches e escolas públicas, a falta de infra-estruturas básicas de forma geral ou ainda questões ambientais, tal como a forte poluição causada pelas fábricas na Cidade Industrial. Em suma, aparece no seio dos movimentos um conceito expandido de luta por moradia, a moradia sendo então considerada não somente como quatro paredes e um teto, mas abrangendo uma definição ampla do direito à moradia que inclui a necessidade de estruturas básicas, o desejo de se beneficiar de um quadro de vida sadio e digno onde morar, criar seus filhos etc. A luta pela moradia vai evoluir para uma luta mais ampla pelo direito à cidade, que tem por problemática não somente: “Onde nós vamos morar?” mas : “Qual é a cidade que queremos?”.

Neste sentido, entendemos o “direito à cidade” segundo a definição defendida por David Harvey: “O direito à cidade não é simplesmente um direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de fazer da cidade algo de radicalmente diferente” (HARVEY, 2009).

Conclusão

Neste aspecto, a história dos movimentos de moradores de Belo Horizonte tiveram, ao longo da história da cidade, um papel fundamental na criação, construção e consolidação de inúmeros dos seus bairros ao longo do tempo. Em outros termos, eles participaram em pensar e criar a singularidade desta cidade, uma cidade que – sem estes – seria provavelmente “radicalmente diferente”, para valeremo-nos das palavras de Harvey.

A filósofa francesa Anne Cauquelin, nos fim dos anos 1980, afirmava que a cidade era modelada em maior parte por uma certa representação da cidade que se encarna antes de tudo nas representações dos seus moradores, das pessoas comuns, nos “discursos oblíquo” que elas compartilham sobre a cidade muito mais do que pelos “discursos hierarquizados do poder” ou gestos dos profissionais do planejamento urbano. (CAUQUELIN, 1999)

Neste sentido, a história dos movimentos de bairros nos parece uma porta de entrada para explorar essa outra memória, esse “discurso oblíquo” sobre o espaço urbano, que carrega todos os gestos e práticas pelas quais milhares de anônimos e anônimas contribuíram para remodelar e transformar a cidade.

Enquanto que De Certeau opunha as práticas dos profissionais do planejamento, as práticas do poder - que ele chama de *modo coletivo de gestão* da cidade – ao que ele chama *modo individual de reapropriação* pelas pessoas nos seus gestos quotidianos, podemos pensar que os movimentos de bairros permitem ver um *modo coletivo de reapropriação* da cidade através do qual uma outra escrita da cidade é realizada.

Nos parece justamente que um dos desafios de uma história contemporânea da cidade seria justamente de conseguir desenhar o fio dessas práticas, para dar visibilidade a essa outra dimensão do urbano, construída pelas próprias mãos e pelos próprios sonhos e desejos dos seus moradores. Neste aspecto, a cidade Belo Horizonte, ao longo do seu século de existência, revela-se um terreno particularmente rico e interessante para experimentar uma metodologia de história urbana considerando a cidade enquanto produto tanto das memórias quanto das ações de seus próprios habitantes.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil. Do Golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro : Zahar. 2014. 192 p.

ABÉLÈS, Marc. *Penser au-delà de l'Etat*, Paris: Belin, Collection: Anthropolis, 2014.

AFONSO M. R.; AZEVEDO S.; “Comunidades Eclesiais de Base” In: POMPERMAYER, Malori José. LE VEN, Michel Marie (Orgs.). *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987. 229 p.

CAUQUELIN Anne “*Anne Cauquelin, octobre 1999*” Entrevista realizada em Paris no dia 19 de outubro de 1999 por Thierry Paquot. Disponível em: http://urbanisme.u-pec.fr/servlet/com.univ.collaboratif.utils.LectureFichiergwID_FICHER=1259768720186&ID_FICHE=38696 Consultado em 08/07/2015.

CAUQUELIN Anne, *Cinévilles*, Paris: Union Générale d'Éditions, 1979. 405 p.

CHARTIER, Roger. “Le monde comme représentation”. In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Année 1989, Volume 44, n°6. pp. 1505-1520

DE CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien, arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) 1991. 323 f., Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HARVEY, David. *Capitalisme contre le droit à la ville*, Paris:Amsterdam, 2011, 93 p.

HARVEY, David. *Discours d'ouverture Réforme Urbaine - Forum Social Mondial de Belém*, 29 janvier 2009. Laboratoire d'Urbanisme Insurrectionnel. Disponível em: www.laboratoireurbanismeinsurrectionnel.blogspot.com. Consultado em 01/07/2015.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, Rio de Janeiro: E-Papers, 2010, 242 p.

SANTOS, Cynthia de Souza. *A política habitacional para população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. 2006. 331 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Habitat.) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

